



ISBN 978-85-7846-516-2

**ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO EM CONTEXTO DOS
PROFESSORES**

Sonara Maria Lopes de Oliveira – UEL

Email: irsonaramaria@hotmail.com

Jaqueline Delgado Paschoal – UEL

Email: jaquelinedelgado@uol.com.br

Eixo 1: Didática e Práticas de Ensino na Educação Básica

Resumo

Esse estudo tem como objetivo principal demonstrar a relevância da articulação entre Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir da formação em contexto de professores. Justifica-se a importância da pesquisa, pois o desconhecimento das especificidades do trabalho pedagógico de ambos níveis de ensino contribui para a desvalorização das atividades relacionadas às brincadeiras, à música, à dança, ao teatro e outras formas de expressão na infância. Como metodologia, optou-se pela pesquisa bibliográfica na modalidade: análise documental. Os resultados evidenciam que muitos são os desafios para a concretização de uma educação de qualidade no contexto escolar. Desse modo a formação dos professores se faz necessária para a concretização de práticas mais humanizadoras que promova o desenvolvimento integral da criança, sobretudo na transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais.

Palavras-chave: Educação Infantil; Anos Iniciais; Transição.

Introdução

No Brasil, as leis que prescrevem a obrigatoriedade da entrada da criança na escola, ou seja, a Lei nº11.274/2006, que torna obrigatório o ingresso de crianças de seis anos de idade no primeiro ano do Ensino Fundamental, e a Emenda Constitucional nº 59/2009, que determina a matrícula da criança na pré-escola a partir dos quatro anos de idade vêm sendo assunto de análise e preocupação por parte de pesquisadores e professores, isso porque observa-se alguns paradoxos e controvérsias em relação à estas medidas legais.



No que se refere à Emenda Constitucional nº 59/2009, podemos considerar que a obrigatoriedade da pré-escola por um lado ocasionará um ganho, tendo em vista que a pré-escola deverá ser universalizada nos próximos anos; e perdas por outro, já que a referida Emenda, ao excluir a creche de tal obrigatoriedade, pode "levar novamente à cisão na Educação Infantil, entre a creche e a pré-escola, e também à escolarização precoce das crianças de quatro a cinco anos de idade", segundo Nascimento (2011, p. 155).

A propósito da Lei n. 11.274/2006, é importante ressaltar que as experiências vivenciadas pelas crianças na educação infantil são diferentes das do ensino fundamental, uma vez que a primeira favorece as interações, o diálogo, o aspecto lúdico, a corporeidade, o movimento, as expressões, enquanto que a segunda, de modo geral, privilegia práticas individualizadas, com maior ênfase no processo de construção da língua escrita e pouco investimento nas atividades lúdicas.

Sobre essa questão, Moreno e Paschoal (2009, p.43) explicam que o perfil da criança de seis anos se caracteriza pela "imaginação, curiosidade, movimento e desejo de aprender, aliados à forma privilegiada de conhecer o mundo por meio, principalmente, do brincar". Assim sendo, a proposta para o atendimento de crianças desta faixa etária deve ser coerente às particularidades que lhe são características e prever ações que estimulem seu pleno desenvolvimento.

No contexto do que foi enunciado, este estudo tem como objetivo principal demonstrar a relevância da articulação entre educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a partir da formação em contexto de professores, uma vez que consideramos que a antecipação da escolarização na pré-escola, bem como a fragmentação e as rupturas causadas pela transição da educação infantil para o ensino fundamental, causam prejuízos ao desenvolvimento integral das crianças, principalmente quando as práticas pedagógicas suprimem as manifestações próprias da infância, como as brincadeiras, as interações, as expressões e o movimento.

Para tanto, considera-se necessário que todos os profissionais envolvidos no processo de transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental, o que inclui gestores, professores e familiares dos educandos, estejam



atentos, dispostos e preparados para tal, de modo que busquem proporcionar espaços, materiais e ambientes adequados à idade, bem como promover adaptações à proposta pedagógica que assegurem o respeito à infância e às necessidades próprias do desenvolvimento das crianças.

Desenvolvimento

Do ponto de vista histórico, a sociedade em geral construiu a concepção de que na Educação Infantil a criança brinca, considerando ainda, em alguns casos, secundária a importância desta atividade, e que no Ensino Fundamental ela estuda, negando a relação entre ambas as ações. Neste sentido, constatamos que o aspecto lúdico, ou a ausência dele, assim como a falta de conhecimento sobre as especificidades do trabalho pedagógico na educação infantil e primeiro ano do ensino fundamental, sobretudo no que diz respeito às diferentes linguagens da criança, se constituem uma das principais questões de conflito na transição de um nível de ensino para o outro.

Ainda que no âmbito da educação esteja superada a ideia de oposição entre o brincar e o aprender, na prática há o entendimento de que no primeiro ano a criança torna-se aluno, pois a preocupação com a alfabetização e conteúdos sistematizados perpassa o dia a dia das escolas, o que leva os professores, gestores e pais a exigir dela comportamentos e posturas diferentes das esperadas na educação infantil.

Outro fator que deve ser considerado na transição é por acreditarmos que na educação infantil existe a preocupação com a acolhida da criança, com o tempo destinado à adaptação, bem como o cuidado, o olhar atento do professor às produções, relações e expressões do educando. Ao adentrar as portas do primeiro ano, automaticamente e de forma não intencional, os adultos envolvidos com a criança supõe que esta já superou todos os impasses de sua relação com a escola e ignoram as grandes mudanças pelas quais ela passa neste processo de transição de um nível de ensino para o outro.

Não obstante, Kramer (2006, p. 810) afirma que “embora educação infantil e ensino fundamental sejam frequentemente separados, do ponto de vista da criança não há fragmentação”. Nesta lógica, compreendemos que a criança da educação infantil é a mesma que ingressa nos anos iniciais e, partindo do seu ponto de vista, as práticas e concepções por parte dos profissionais, as propostas e



objetivos devem ser analisados e estruturados como um processo contínuo e não segmentado.

A esse respeito, Kramer (2006, p.810-811) considera que “o planejamento e o acompanhamento pelos adultos que atuam na educação infantil e no ensino fundamental devem levar em conta a singularidade das ações infantis e o direito à brincadeira e à produção cultural”. Daí a importância do papel do professor e do seu olhar atento e respeitoso à criança, às suas necessidades e manifestações nesta passagem, de modo que a mesma encontre um ambiente acolhedor no qual experimente segurança e possa se desenvolver de modo natural e integralmente.

Deste modo, consideramos de fundamental importância a formação em contexto dos professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, a fim de que estes obtenham clareza sobre seu papel neste processo de passagem, e possam contribuir significativamente para a superação dos principais problemas relacionados à esta transição.

Os gestores que atuam nas creches, pré-escolas e escolas em funções chamadas de orientação, supervisão ou coordenação têm o papel importante de acompanhar as práticas, identificar os problemas, preparar a análise de casos ou situações a serem discutidos coletivamente em reuniões que de fato reúnam professores da educação infantil e do ensino fundamental, sentados lado a lado, pensando juntos, contando o que têm feito e o que não conseguem fazer (KRAMER; NUNES; CORSINO, 2011, p. 81).

Assim como Kramer; Nunes; Corsino (2011, p. 81), acreditamos que “priorizar essa modalidade de formação continuada exige entender que o objetivo desses encontros é pensar, discutir e problematizar o currículo, decidindo sobre o que compete à educação infantil e aos primeiros anos do ensino fundamental”. Além disso, é importante que todos os envolvidos no processo educativo, levem amplamente em consideração a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, principalmente no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos.

Na prática, é necessário que o professor, principalmente, esteja aberto a novas formas de agir, de ensinar e de se relacionar com a criança, não perdendo de vista as brincadeiras, a curiosidade, a magia, o encantamento e as diferentes linguagens tão presentes na educação infantil e, que por vezes, não são consideradas nos anos iniciais.

Essa mudança impõe, dentre outros encaminhamentos, orientações pedagógicas que considerem as reais necessidades infantis para que



as crianças possam se desenvolver como sujeitos da aprendizagem. Conseqüentemente, para que o desenvolvimento de um trabalho qualitativo se concretize nas escolas, faz-se necessário um envolvimento coletivo em prol do alcance de objetivos comuns que atendam às novas exigências sociais. (ABREU, 2012, p.78)

Daí a relevância da formação em contexto dos professores, visto que a ampliação das discussões sobre a transição da educação infantil para o primeiro ano pode contribuir para mudanças nas concepções e nas práticas dos professores, sobretudo no que diz respeito ao direito da criança de ser criança, de desenvolver-se integralmente e de não sofrer prejuízos advindos da ruptura no seu processo de escolarização.

Conclusão

Ao analisar a implantação da obrigatoriedade da pré-escola e do ingresso no ensino fundamental de nove anos aos seis anos de idade, consideramos imprescindíveis ações que garantam uma articulação entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, uma vez que a pouca compreensão das especificidades do trabalho pedagógico nestas etapas de ensino podem levar a ações que desconsiderem a singularidade da infância e a importância das expressões próprias desta faixa etária.

A formação em contexto dos professores apresenta-se aqui como forma de capacitar os profissionais a fim de minimizar as possibilidades de fragmentação e rupturas, bem como de que o aspecto lúdico, as brincadeira e expressões características da infância não se percam no processo de transição. Julgamos ainda que o diálogo e trocas entre os professores da educação infantil e do ensino fundamental possibilitam a compreensão da educação da criança de zero a dez anos como um processo contínuo e as reflexões sobre a própria prática e a prática do outro lhes possibilitará compreender seu papel no processo de articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental.

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia Martins de Oliveira. Alfabetização e letramento: desafios contemporâneos à docência nas séries iniciais. **Revista de Educação PUC**. Campinas, p. 78 a 85, jan./jun., 2012



BRASIL. Lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 2006.

_____. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, DF., 11 nov. 2009.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Revista Educação & Sociedade**. Centro de Estudos Educação e Sociedade. CEDES, Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818, número especial, out. 2006.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda R.; CORSINO, Patrícia. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 2011

MORENO, Gilmara Lupion; PASCHOAL, Jaqueline Delgado. A Criança de Seis Anos no Ensino Fundamental: Considerações Iniciais. In: BRANDÃO, Carlos da Fonseca; PASCHOAL, Jaqueline Delgado (Org.). **Ensino Fundamental de Nove Anos: Teoria e Prática na Sala de Aula**. São Paulo, SP: Avercamp, 2009. p. 37-50.

NASCIMENTO, Maria Letícia. Algumas considerações sobre a infância e as políticas de educação infantil. **Educação & Linguagem**, v. 14, n. 23/24, p. 146-159, 2011.